



PREFEITURA DE **BOCAIUVA**

Projeto de Lei 27/2018

Lei Municipal ____/2018

*Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir a **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. GIL ALVES**, e a contribuir com sua manutenção, e dá outras providências.*

O Povo do Município de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir a **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. GIL ALVES** e a contribuir com sua manutenção, com o objetivo de prestar serviços de saúde de caráter social e filantrópico.

Parágrafo único - A Fundação terá sua sede e foro na cidade de Bocaiúva – MG.

Art. 2º A Fundação Hospitalar Dr. Gil Alves terá natureza jurídica de direito privado, nos termos dos artigos 62 a 69 do Código Civil Brasileiro, e será regida por Estatuto elaborado pelo Poder Executivo Municipal e aprovado pelo Ministério Público Estadual.

§1º O Estatuto da Fundação será formulado e apresentado para aprovação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§2º Após ser aprovado pelo Ministério Público, o Estatuto da Fundação será objeto de Decreto por parte da Chefe do Poder Executivo Municipal, dando-lhe ampla publicidade para os efeitos a que se propõe.

Art. 3º A Fundação Hospitalar Dr. Gil Alves terá em sua estrutura:

- I - 01 (um) Conselho Curador;
- II - 01 (um) Conselho Fiscal;
- III - 01 (uma) Diretoria Executiva.

§1º Caberá ao Poder Executivo Municipal a indicação e nomeação dos integrantes do primeiro Conselho Curador, do primeiro Conselho Fiscal e da primeira Diretoria Executiva, da Fundação, devendo, quando do término dos mandatos acima especificados, serem observadas as disposições constantes de seu Estatuto para as escolhas dos membros/conselheiros.



PREFEITURA DE **BOCAIUVA**

§2º O exercício dos cargos de Conselheiro Curador e Conselheiro Fiscal não será remunerado.

Art. 4º O Conselho Curador da Fundação Hospitalar Dr. Gil Alves, constituído por 11 (onze) pessoas de reconhecida idoneidade moral dentre cidadãos de ilibada reputação e representatividade social, residentes e domiciliados por mais de 02 (dois) anos no Município de Bocaiúva e identificadas com a sua finalidade, é o órgão superior de deliberação da entidade, tendo a seguinte composição:

I - 01 (um) médico com experiência, que compõe o corpo clínico da Fundação;

II - 01 (um) funcionário da Fundação que não seja médico;

III - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde indicado por seu Presidente;

IV - 02 (dois) representantes do Poder Executivo local indicados pelo (a) Prefeito (a) Municipal;

V - 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal indicado e aprovado por seus pares;

VI - 04 (quatro) representantes da sociedade civil escolhidos pelas entidades consideradas de interesse público, de natureza social e filantrópica;

VII - 01 (um) profissional da área de saúde escolhido pela classe e que seja domiciliado e atuante em Bocaiúva.

§1º O mandato dos membros do Conselho Curador é de 03 (três) anos, sendo permitida uma recondução.

§2º Durante o mandato do Conselheiro, havendo a sua renúncia, impedimento legal, bem como o fim de mandato eletivo e/ou o término do vínculo funcional com o órgão ou entidade que representa, deverá ser indicado novo representante a substituí-lo, com fins a conclusão do mandato.

§3º O Conselho Curador terá a seguinte estrutura:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 02 (dois) Conselheiros Financeiro.

Art. 5º O Conselho Fiscal da Fundação Hospitalar Dr. Gil Alves, constituído por 03 (três) pessoas de reconhecida idoneidade moral dentre cidadãos de ilibada reputação e representatividade social, residentes e



PREFEITURA DE **BOCAIUVA**

domiciliados por mais de 02 (dois) anos no Município de Bocaiuva e identificadas com a sua finalidade, tem em sua composição 01(um) membro com formação superior em Contabilidade, 01(um) membro com formação superior em Administração e 01(um) membro com formação superior em Direito.

§1º Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos por seus pares em reunião dos respectivos órgãos de classe para um mandato de 03 (três) anos, não sendo permitida a reeleição.

§2º Durante o mandato do Conselheiro, havendo a sua renúncia, impedimento legal, ou qualquer outro empecilho junto aos órgãos de classe que representa e que o impossibilite de exercer suas funções junto ao Conselho Fiscal, deverá ser eleito novo representante a substituí-lo, com fins a conclusão do mandato.

Art. 6º A Diretoria Executiva da Fundação Hospitalar Dr. Gil Alves, indicados pelo Conselho Curador, tem a seguinte composição:

- I - 01 (um) Diretor Geral;
- II - 01 (um) Diretor Executivo;
- III - 01 (um) Diretor Técnico;
- IV - 01 (um) Diretor Jurídico.

§1º O Diretor Geral deverá ter formação superior e experiência comprovada em gestão, a quem compete:

- I - administrar a Fundação;
- II - presidir reuniões administrativas;
- III - representar a Fundação em reuniões e solenidades;
- IV - assinar juntamente com o Diretor Executivo os documentos de caráter financeiro, tais como cheque, realizar pagamentos, autorização de débitos em contas, etc;
- V - representar a Fundação judicial e extrajudicialmente.

§2º O Diretor Executivo deverá ter formação superior e experiência comprovada em gestão, a quem compete:

- I - responder pela função de tesouraria, assinando juntamente com o Diretor Geral os documentos de caráter financeiro, tais como cheques, autorização de débitos em contas, etc;
- II - administrar a gestão de pessoal, podendo contratar, demitir,



PREFEITURA DE BOCAIUVA

admitir, dentro das normas vigentes;

III - autorizar pagamentos de despesas, assinar cheques, documentos e contratos;

IV - ter em boa ordem e sob sua guarda o estabelecimento em que funciona a Fundação, os livros necessários, registros e arquivos em geral, pois é o ordenador de despesa.

§3º O Diretor Técnico deverá ter formação superior no curso de Medicina, estando devidamente registrado junto ao Conselho Regional de Medicina e ser atuante, residente e domiciliado no Município de Bocaiuva, competindo-lhe prestar a coordenação do corpo clínico e assistência a todos os pacientes internados, ambulatoriais, e de emergência, de acordo com o Código Brasileiro de Ética Médica, em tudo obedecido a regulamentação estabelecida pelo Conselho Regional de Medicina, Legislação Municipal e demais legislação vigente.

§4º O Diretor Jurídico deverá ter formação superior em Direito, devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, a quem compete:

I - dirimir sobre as questões jurídicas da Fundação, representando-a em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal que se faça necessário;

II - assinar os documentos de competência jurídica que sejam levados em juízo ou fora dele;

III - emitir parecer em assuntos de interesse da Fundação;

IV - prestar orientação jurídica a Diretoria e órgãos da Fundação;

V - revisar e dar forma final às alterações dos instrumentos constitutivos da Fundação, assim como regimentos, resoluções e portarias a serem editadas pela Fundação.

Art. 7º Os membros da Diretoria Executiva da Fundação Hospitalar Dr. Gil Alves, que compõem a sua Diretoria Administrativa, exercendo as funções executivas, de gestão técnica, patrimonial, financeira, jurídica, administrativa e operacional, terão direito a uma remuneração regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e que não poderá ser superior a paga ao primeiro escalão da Administração Pública Municipal.

Art. 8º A Fundação Hospitalar Dr. Gil Alves gozará de autonomia administrativa e financeira, assegurada, especialmente, por repasses de recursos advindos de Municípios, Estado e União e saldos de fim de exercícios, patrimônio próprio e renda dele decorrente, aplicação de suas receitas, assinatura de contratos e convênios com outras instituições.



PREFEITURA DE BOCAIUVA

Parágrafo único - A arrecadação da Fundação será proveniente de:

I - financiamento pelo SUS, a partir de contrato ou convênio a ser celebrado com a Fundação;

II - transferência de recursos pelo instituidor, ou seja, pelo Município de Bocaiuva;

III - transferência de recursos pelos demais municípios, mediante convênios, contratos, termos de cooperação e/ou congêneres;

IV - reembolso das despesas realizadas em função de atendimentos prestados por unidades públicas a beneficiários de planos privados de saúde;

V - subvenções, doações e eventuais rendimentos oriundos de aplicações financeiras;

VI - recursos advindos de emendas parlamentares;

VII - convênios e parcerias para pesquisa, além de quaisquer outras fontes lícitas de recebimento de recursos, como doações e campanhas sociais;

VIII - rendas resultantes da prestação de serviços;

IX - contribuições de pessoas físicas ou jurídicas colaboradoras com a Fundação;

X - dotações ou subvenções eventuais, diretamente da União, dos Estados e Municípios ou através de Órgãos Públicos da Administração direta e Indireta;

XI - auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;

XII - rendas em seu favor constituídas por terceiros;

XIII - rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;

XIV - usufrutos que lhe forem conferidos;

XVI - juros bancários e outras receitas de capital.

Art. 9º Para a sua constituição, o Poder Executivo Municipal fará a cessão para a Fundação Hospitalar Dr. Gil Alves de todos os bens móveis, equipamentos e materiais utilizados na prestação dos serviços de saúde e que atualmente guarnecem a Autarquia Municipal "Hospital Municipal Dr. Gil Alves", avaliados em R\$: 2.002.575,42 (dois milhões, dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), a título de integralização do seu capital social.

§1º Todos os bens cedidos pelo Município à Fundação e referidos no *caput* deste artigo deverão retornar ao patrimônio do Município de Bocaiuva



PREFEITURA DE **BOCAIUVA**

em caso de extinção da Fundação ou da não efetiva utilização do bem aos fins que justificaram a cessão.

§2º Os bens cedidos pelo Município de Bocaiúva ficarão sob responsabilidade da Fundação, ficando esta com a obrigação de realizar todas as manutenções necessárias.

§3º Todos os bens afetos à prestação de serviço de saúde na Fundação são considerados bens públicos.

Art. 10 O imóvel onde funciona a Autarquia Municipal "Hospital Municipal Dr. Gil Alves" e suas instalações, avaliado em R\$: 19.155.669,40 (dezenove milhões, cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), utilizado como estabelecimento hospitalar, será cedido em favor da Fundação Hospitalar Dr. Gil Alves, enquanto existir a entidade.

Parágrafo único - Todas as pertenças e benfeitorias realizadas no imóvel a ele se incorporarão como estabelecimento hospitalar.

Art. 11 Os bens e direitos da Fundação Hospitalar Dr. Gil Alves deverão ser utilizados e aplicados exclusivamente na consecução de suas finalidades.

Art. 12 A alienação de bens e equipamentos da Fundação Hospitalar Dr. Gil Alves depende de prévia aprovação e avaliação de 2/3 (dois terços) de seu Conselho Curador, ouvido o Conselho Fiscal, e seguido de aprovação do Ministério Público e do Poder Legislativo Municipal.

Art. 13 O Município de Bocaiúva cederá os servidores públicos efetivos que atualmente laboram na Autarquia Municipal "Hospital Municipal Dr. Gil Alves" para a Fundação Hospitalar Dr. Gil Alves, compondo o Quadro de Pessoal da Fundação, que arcará com seu ônus, ficando garantido a estes servidores, no que couber, os direitos e vantagens constantes do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bocaiúva.

Art. 14 O Município de Bocaiúva obriga-se a realizar, anualmente, repasse financeiro à Fundação Hospitalar Dr. Gil Alves, no limite máximo de 11% (onze por cento) da receita corrente líquida arrecadada no exercício anterior ao repasse, para as despesas correntes e despesas de capital.



PREFEITURA DE **BOCAIUVA**

§1º O teto máximo do repasse financeiro de 11% (onze por cento), estabelecido no *caput* deste artigo, será revisto anualmente, mediante avaliação/relatório financeiro apresentado ao Município quanto à necessidade da Fundação no percentual de repasse para garantir os seus serviços, sendo que para o Exercício Financeiro de 2018 fica já estabelecido o repasse de 11% (onze por cento).

§2º Independentemente da necessidade apurada em avaliação/relatório financeiro nos termos do parágrafo anterior, fica assegurado à Fundação um repasse mínimo no percentual de 05% (cinco por cento) da receita corrente líquida arrecadada no exercício anterior ao repasse.

§3º O percentual a ser repassado pelo Município de Bocaiuva à Fundação constará de rubricas orçamentárias específicas, obedecidas às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 15 Os repasses previstos no artigo anterior serão mensais e em forma de duodécimos.

Parágrafo único – O percentual de repasse fixado anualmente será definido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias mediante prestação de contas do exercício anterior e projeção para o ano seguinte da Fundação.

Art. 16 A Fundação Hospitalar Dr. Gil Alves ficará obrigada a atender, em âmbito hospitalar e de ambulatório, a demanda do Sistema Único de Saúde (SUS) e os exames laboratoriais que lhe for encaminhada.

Art. 17 A Fundação Hospitalar Dr. Gil Alves se obrigará a prestar contas de suas atividades e finanças a cada quadrimestre e anualmente ao Poder Executivo Municipal, ao Ministério Público e ao Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único – Caso, mediante prestação de contas de seus 06 (seis) anos iniciais de existência, não demonstre viabilidade/evolução financeira com projeções, arrecadações e captação de recursos da iniciativa privada, ou outros meios financeiros, além do repassado pelo Município de Bocaiuva, de forma a atender os seus objetivos, a Fundação será objeto de processo de dissolução, em tudo ouvido, além do Ministério Público, os Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 18 As despesas decorrentes da implantação desta Lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento, podendo, se necessário, o



PREFEITURA DE **BOCAIUVA**

Poder Executivo proceder à abertura de Crédito Especial Suplementar ao Orçamento vigente.

Art. 19 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 2.910/2001.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva – MG, 23 de abril de 2018.

Marisa de Souza Alves
Prefeita Municipal